

Indicadores na Assistência Estudantil: O que a Literatura 'Diz'?

Indicators in Student Assistance: What Does the Literature 'Say'?

Indicadores en la asistencia al estudiante: ¿Qué 'Dice' la literatura?

Helder de Lima Fava¹
Rosemar José Hall²
Renato Fabiano Cintra³

Citação: FAVA, D. de L.; HALL, R. J.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: O que a Literatura 'Diz'? *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 16, e83591. Fevereiro de 2022.



<http://10.5380/jpe.v16i0.83591>

Resumo

O Decreto nº 7.234/2010, do Governo Federal do Brasil, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, além de fornecer diretrizes à execução dos processos de assistência ao estudante, fixa a necessidade que as instituições federais de ensino têm de criar mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa. Objetiva-se, neste artigo, explorar a utilização de indicadores no âmbito política de assistência estudantil no ensino superior no Brasil, através da análise sistemática da produção científica. Utiliza-se abordagem qualitativa e exploratória, por meio da revisão sistemática da literatura, orientada em diversas bases de referências (*Scielo, Scopus, Web of Science, Google Scholar* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Os resultados demonstraram escassa publicação de indicadores no âmbito da avaliação e monitoramento da assistência estudantil e apontam direcionamentos locais e isolados. Como

¹ Mestre em Administração Pública pela UFGD. Especialista em Redes de Computadores e Telecomunicações pela Faculdade Anhanguera de Dourados. Graduado em Análise de Sistemas pela UFMS. Técnico de Nível Superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Dourados, MS. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9392-8315> E-mail: helderlf@gmail.com

² Doutor em Ciências Contábeis pela FURB. Mestre em Agronegócios pela UFMS. Especialista em Gestão da Clínica nos Hospitais do SUS (Instituto Sírio Libanês), Administração Financeira (UFMS) e Metodologia do Ensino Superior (UNIGRAN). Graduado em Ciências Contábeis pela UFMS. Professor na UFGD. Dourados, MS. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0487-1551>. E-mail: rosemarhall@ufgd.edu.br

³ Doutor em Administração pela UNINOVE. Mestre em Administração pela UEL. Especialista em Administração – Gestão Financeira pela UFGD. Graduado em Administração pela UFGD. Funcionário Público Federal (Administrador) na UFGD e professor no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP/UFGD. Dourados, MS. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-5610> E-mail: renatocintra@hotmail.com

contribuição, corrobora a necessidade de criar e ampliar os mecanismos que auxiliem no processo de avaliação, acompanhamento e gestão do PNAES, além de sugestões de futuras pesquisas.

Palavras-chave: PNAES; Ensino Superior; Avaliação de Políticas Públicas; Indicadores.

Abstract

Decree No. 7,234/2010 of the Federal Government of Brazil provides for the National Student Assistance Program (PNAES) which, in addition to providing guidelines for the execution of student assistance processes, establishes the need for federal educational institutions to create mechanisms for monitoring and evaluating the program. The objective of this article is to explore the use of indicators in the context of student assistance policy in higher education in Brazil, through the systematic analysis of scientific production. A qualitative and exploratory approach is guided by several reference bases (*Scielo, Scopus, Web of Science, Google Scholar and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations*). The results showed few publications of indicators in the scope of evaluation and monitoring of student assistance and indicate local and isolated directions. As a contribution, it corroborates the need to create and expand the mechanisms that assist in the process of evaluation, monitoring and management of the PNAES, as well as suggestions for future research.

Keywords: PNAES, Higher Education, Evaluation of Public Policies, Indicators.

Resumen

El Decreto N° 7.234/2010 del Gobierno Federal de Brasil establece el Programa Nacional de Asistencia al Estudiante (PNAES) que, además de proporcionar directrices para la ejecución de los procesos de asistencia estudiantil, establece la necesidad de que las instituciones educativas federales creen mecanismos de monitoreo y evaluación del programa. El objetivo de este artículo es explorar el uso de indicadores en el contexto de la política de asistencia al estudiante en la educación superior en Brasil, a través del análisis sistemático de la producción científica. Un enfoque cualitativo y exploratorio es guiado por varias bases de referencia (*Scielo, Scopus, Web of Science, Google Scholar y Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones*). Los resultados mostraron poca publicación de indicadores en el ámbito de la evaluación y el seguimiento de la asistencia estudiantil e indican direcciones locales y aisladas. Como aporte, corrobora la necesidad de crear y ampliar los mecanismos que coadyuven en el proceso de evaluación, monitoreo y gestión del PNAES, así como sugerencias para futuras investigaciones.

Palabras clave: PNAES, Educación Superior, Evaluación de Políticas Públicas, Indicadores.

Introdução

A utilização de indicadores nas diversas áreas traz um novo ambiente de pesquisa. Não obstante, a administração pública tem os indicadores para avaliar e acompanhar o reflexo da política pública, além da fiscalização, exigência de uso eficiente, eficaz e efetivo do gasto público, o que tem provocado interesse nos indicadores (JANNUZZI, 2005). Notam-se mecanismos de transparência como forma de otimizar a utilização de recursos, garantindo controle social, com vistas de coibir/reduzir casos de corrupção e mau uso do dinheiro público (CARLOS *et al.*, 2008).

Alguns estudos relacionados à assistência estudantil (AE) permitem identificar análises, experiências, estratégias e efetividades (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017; BORSATO, 2015; GARRIDO, 2012; PINTO; ONUSIC, 2016; SILVA, 2019; SOUZA; CINTRA, 2020; TAUFICK, 2014), mas de forma isolada. Indicadores no contexto da administração pública são também apresentados em poucos estudos (CARVALHO, 2019; GRATERON, 1999; JANNUZZI, 2005; MINAYO, 2009). Apresenta-se campo oportuno, por conta da relevância do tema e da necessidade de mecanismos para acompanhar e avaliar.

A desigualdade no ingresso no ensino superior coloca em desvantagem pretos, pardos e pobres, com tendência ao agravamento, ocasionando riscos de evasão e retenção. O poder público vem atendendo reivindicações das universidades e grupos de movimentos estudantis, destinando recursos para amenizar a situação (VARGAS, 2011). O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), trouxe fôlego às políticas públicas de educação no âmbito da AE, como forma de democratizar as ações de permanência, minimizar as desigualdades, reduzir as taxas de retenção e evasão, e contribuir à promoção da inclusão pela educação (BRASIL, 2010). Este prevê a fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa.

Logo, objetivou explorar a existência de publicações do tema indicadores e AE nas bases de referências (*Scielo, Scopus, Web of Science, Google Scholar* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), e averiguar quais tinham o uso de indicadores no processo de acompanhamento e avaliação. Sem delimitação de período, encontrou 52 trabalhos, e após filtragem, 22 atenderam todos os critérios, os quais são contemplados nos resultados. Acredita-se que os artefatos encontrados contribuem no fomento às pesquisas nessa área, como forma de sugerir e prover mecanismos que orientem os gestores na condução da política pública. Além disso, reitera-se a relevância, pois configuram-se como mecanismos de reflexão em prol das práticas de avaliação, além de evidenciar lacunas e oportunidades de pesquisa.

Referencial Teórico

Assistência Estudantil no Brasil

O direito à educação no Brasil não é recente. A constituição de 1824 é o pontapé (IMPERATORI, 2017), mas foi na década de 1930 que passa a ser um direito público regulamentado (VASCONCELOS, 2010). Em 1931 houve a experiência em regulamentar a AE no país, incorporada na CF-1934 (LIMA, 2002). Mais tarde, com a constituição de 1946, todos sistemas de ensino passaram a ter serviços de AE. Nesse viés, a AE era vista como medida de ajuda aos estudantes carentes, ideia alterada com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/61), que passa a considerar a AE como um direito à educação (LIMA, 2002).

A criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), em 1970, a reativação da União Nacional Estudantil (UNE) em 1976 e a constituição da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira, em 1985 também são marcos importantes. No período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, houve amadurecimento

acerca da temática que envolve a assistência estudantil (BORSATO, 2015). A promulgação da CF-1988 é importante no entendimento dos processos de AE no Brasil. Os diversos cenários político-sociais que fortaleceram o processo de elaboração e promulgação da CF-1988 ocasionaram a queda da estrutura até então existente, e permitem compreender o diferencial provocado na sociedade brasileira. A constituição resultou do processo de lutas e reivindicações que mobilizaram a sociedade civil organizada em oposição à ditadura (FISCHMANN, 2009). “Esta é sem dúvida a Constituição que melhor refletiu e acolheu os anseios da população” (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 82).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, é um esforço para que a política de AE seja implementada efetivamente (VASCONCELOS, 2010). Soma-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) como segmentos defensores da garantia de igualdade de oportunidades aos estudantes, proporcionando condições básicas de permanência e conclusão dos cursos (VASCONCELOS, 2010).

A Medida Provisória nº 213/2004, instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regulando a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Gerido pelo Ministério da Educação, destinava à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes dos cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2004). Em 2005, esta medida foi convertida na Lei nº 11.096. Em 2007, é instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto nº 6.096, cujo objetivo foi criar condições à ampliação do acesso e permanência na educação superior, nível de graduação (BRASIL, 2007). Entre as diretrizes contidas neste programa, destacam-se, no âmbito da AE, a redução das taxas de evasão e a ampliação de políticas de inclusão e AE. Em 2008, o Programa Universidade do Século XXI foi substituído pelo Brasil Universitário, cuja vigência fora condicionada ao Plano Plurianual de 2008-2011, representando, desde sua criação, o programa com maior participação no orçamento das IFES (NEVES *et al.*, 2013).

Citada como a principal política de AE no país (CARRANO; BERTASSI; MELO-SILVA, 2018), o PNAES está em vigor desde 2008, mas em 2010 que foi transformado em decreto. Conquista de dirigentes, docentes e discentes, provocou mudanças significativas na AE, no sentido de promover o apoio à permanência e à conclusão dos estudantes de baixa condição socioeconômica (VASCONCELOS, 2010) nas áreas: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico

e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010) e apresentam-se o que de mínimo as IFES devem adotar (DURAT, 2017). Logo, estudos com o propósito de avaliar a AE fornecem, às instâncias, importantes subsídios para correções ou em orientar a implantação de novas iniciativas (BORDIM *et al.*, 2019; CINTRA; RIBEIRO; COSTA, 2018; CINTRA; SOUZA; FAVA, 2020; GARRIDO; MERCURI, 2013; SOUZA; CINTRA, 2020).

Indicadores de Gestão Pública

As funções de planejamento e gestão governamental tiveram impacto na avaliação de políticas e programas de governo, principalmente nas últimas décadas, motivadas pela modernização da administração pública (CUNHA, 2018). Grandes desafios têm sido enfrentados pelas instituições, que devem garantir obtenção do maior benefício dos fundos, além de ser transparente, econômico, eficiente e eficaz (GRATERON, 1999). Há anuência na literatura acerca de que uma administração pública mais moderna e eficiente está relacionada com os estudos de avaliação de políticas e programas públicos, pois isto permite que formuladores e implementadores de políticas públicas possam tomar decisões com maior conhecimento, maximizando os resultados, além de identificar êxitos e superar os fracassos (CUNHA, 2018; JANNUZZI, 2005). Neste sentido, os indicadores têm servido de ferramenta imperativa nesse processo de avaliação e monitoramento de políticas públicas. A definição varia pouco e os indicadores podem ser construídos para medir ou revelar diversos planos em observação (MINAYO, 2009).

O indicador é uma medida, que pode ser quantitativa ou qualitativa, que é utilizada para organizar e captar relevantes informações do objeto de observação (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2009). Servem como parâmetro que medirá a diferença entre situação desejada e atual e são instrumentos que garantem aumento na transparência da gestão e facilitam diálogo entre os diversos grupos sociais (ZUCATTO *et al.*, 2009). Além da definição, ressalta-se que é importante a análise da relevância e qual a utilidade que certo indicador tem para seus potenciais usuários, principalmente à tomada de decisão (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2009), pois compreendem como sinalizadores da realidade, dão ênfase ao sentido da medida e delimitação de processos de construção ou elaboração de investigações avaliativas (MINAYO, 2009).

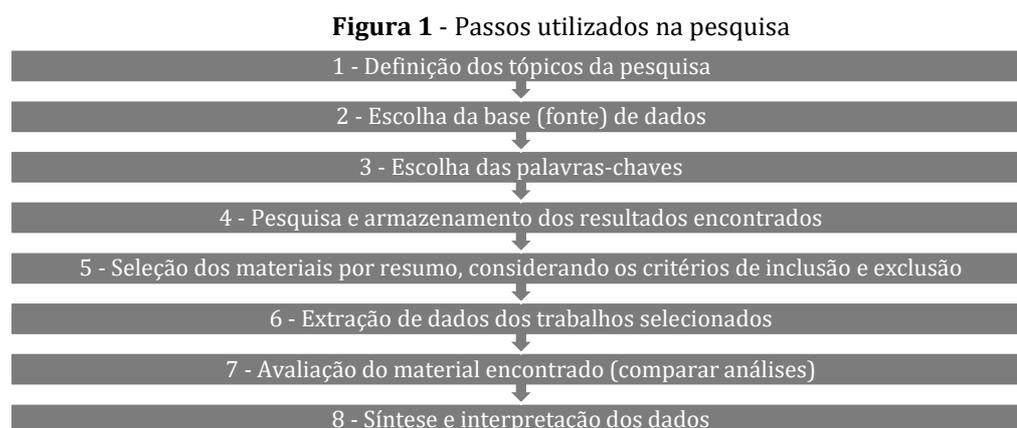
Com as informações geradas pelos indicadores, os usuários podem avaliar aspectos relacionados à gestão, como desempenho de equipes, atividades, processos, tomar decisões e executar ações em prol do desenvolvimento da organização, elementos

estes que apoiam a tomada de decisão e reconhecem o desempenho (UCHOA, 2013). A utilização de indicadores no campo de política pública permite operacionalizar conceito abstrato ou demanda de interesse programático, apontando, indicando, aproximando e traduzindo as dimensões sociais definidas em termos operacionais (JANNUZZI, 2005).

Os indicadores de avaliação de desempenho correspondem à terminologia usada para aqueles elementos que possuem foco na avaliação dos recursos alocados e alcançados (BRASIL, 2012). As informações de desempenho têm caráter comparativo, principalmente com resultados obtidos em períodos anteriores, pois a análise de dados isolados não corresponde efetivamente aquilo que se planeja mensurar (TCU, 2000). É crescente a busca e o interesse pelos estudos dos indicadores, principalmente na aplicação no público e nas políticas públicas (FAVA; CINTRA, 2020), fato este resultado das mudanças pelo qual a administração pública tem passado (CARVALHO, 2019).

Procedimentos metodológicos

A abordagem compreende artefatos qualitativos, exploratórios e revisão sistemática. Esta última permite maximizar o potencial da busca, pois encontra-se mais resultados e de forma organizada (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014), além de permitir considerar todos os artefatos encontrados e relevantes à pesquisa, que não se restringem a resultados de um ou dois estudos, e estabelecem ainda se os achados são consistentes e melhoram a confiabilidade e a precisão das conclusões (AKOBENG, 2005). O protocolo adotado é o proposto por Akobeng (2005), baseado em 8 passos (Figura 1).



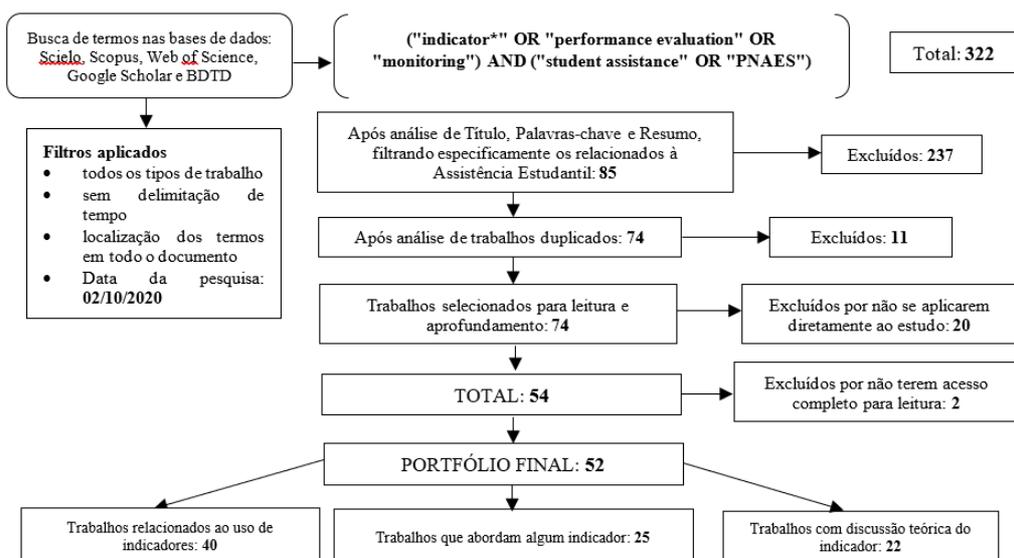
Fonte: Akobeng (2005, p. 846).

O primeiro passo foi em relação ao tópico da pesquisa: o uso de indicadores na assistência estudantil. No segundo passo, as bases de referências escolhidas foram: *Scielo*,

Scopus, *Web of Science*, *Google Scholar* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT). O terceiro passo compreendeu a escolha das palavras-chaves, utilizando conjunto lógico com as expressões: (“*indicator**” OR “*performance evaluation*” OR “*monitoring*”) AND (“*student assistance*” OR “PNAES”). Para o *Google Scholar*, devido à ausência de filtros como das outras bases, as expressões de pesquisa foram realizadas com palavras em inglês e português. Não foi delimitado espaço temporal e não houve escolha específica do tipo de material. O quarto passo compreendeu a pesquisa propriamente dita e o armazenamento dos resultados encontrados, através da ferramenta “Exportar no formato .csv”, disponível nas respectivas bases. A pesquisa foi realizada em 02/10/2020. O quinto passo compreendeu a seleção dos materiais, através da leitura do título, palavras-chaves e resumo de cada trabalho. Foram excluídos os estudos que não tinham nenhuma relação com a AE, além da remoção dos duplicados, o que compreendeu o sexto passo do processo. Após a leitura, nova filtragem foi realizada: em virtude de estarem relacionados à AE, mas não compunham o foco da pesquisa e os critérios de exclusão foram considerados: AE na educação básica; financiamento estudantil; critérios de contratação de Restaurantes Universitários; acesso por ações afirmativas e PROUNI; abordagens exclusivas aos critérios da Educação a Distância; trabalho dos assistentes sociais; uso e prevenção de drogas, preocupações sobre uso do álcool; e abordagens sociais acerca da evasão. Somado a isso, dois estudos não estavam disponíveis, por serem artigos de conferências - acesso restrito.

Com os 52 trabalhos refinados (apêndice A), foi feita a leitura completa e registradas os seguintes pontos: Traz informações acerca do uso de indicadores? Aborda algum indicador? Discute teoricamente algum indicador? A partir desta coleta de dados, apenas os que apresentaram discussão teórica do indicador tiveram informações armazenadas: objetivos; indicadores e considerações. Neste último, foram relacionados 22 trabalhos. Os passos da pesquisa e da filtragem estão sintetizados na Figura 2.

Figura 2 - Processo de seleção e filtragem

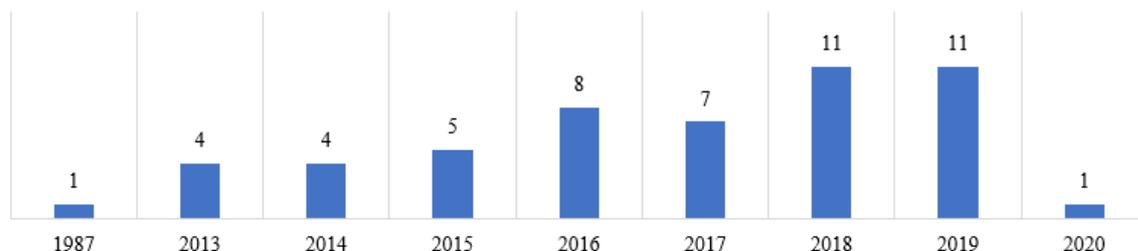


Fonte: Elaboração própria (2021).

Apresentação dos resultados

Dos 52 trabalhos selecionados, 45 estão em português e 7 em inglês. Os tipos encontrados foram: 35 dissertações, 13 artigos (de periódicos, de revisão e de conferência), 2 teses, 1 monografia e 1 livro. A Figura 3 apresenta a distribuição por ano de publicação.

Figura 3 - Distribuição das publicações sobre indicadores por ano



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Nota-se tendência de crescimento da produção. Considerando a implantação do PNAES de modo efetivo como decreto a partir de 2010, infere-se que as publicações comecem a reproduzir relatos depois de alguns anos, com salto em 2018 e 2019, o que pode inferir no crescente interesse e entendimento do reflexo da política de AE como um todo. O ano de 2020 não foi analisado por inteiro e ainda tem a interferência da pandemia do Covid-19, que alterou os processos de ensino por todo o país.

Cada um dos 52 artigos selecionados foi lido em sua totalidade e apresentam alguns objetivos em comum, mas à revisão aqui apresentada foram considerados apenas

os que discutiam teoricamente o indicador na área de AE, perfazendo 22 trabalhos. Tal preocupação em analisar vem ao encontro do que Uchoa (2013) aponta quando menciona que, através dos indicadores, é possível avaliar muitos aspectos relacionados à gestão de atividades e processos do dia a dia, bem como no apoio a tomada de decisões por parte dos gestores. Outro detalhe encontrado foi a análise de indicadores já utilizados por órgãos de âmbito nacional (TCU, INEP, dados estatísticos do censo), como forma de averiguar a execução das atividades realizadas, conforme apontado por Minayo (2009).

Não obstante, merecem destaque as considerações apontadas nos trabalhos. Em sua maioria, nota-se a necessidade de aprofundar o estudo, bem como a concepção de que muitos não atendem às demandas a que foram relacionadas, considerando fatores como: falta de relacionamento entre os indicadores, falta de entendimento dos indicadores de modo a proporcionar uma melhor decisão por parte dos gestores, necessidade de observar cenários mais específicos para a construção de instrumentos que retratem a realidade, dificuldade de informações periódicas e temporais para análise profunda.

De modo a ter visão mais abrangente acerca da produção, os 22 trabalhos foram organizados em categorias, de acordo com as similaridades e os critérios (Quadro 1): fase de seleção; acompanhamento/monitoramento durante a graduação; sucesso acadêmico; e indicador de desempenho geral. O grupo 1 considerou aqueles que apresentaram indicadores cuja principal utilização abrange a fase de seleção dos alunos no processo de concessão de auxílios da AE. O grupo 2 utiliza os indicadores no acompanhamento durante a graduação, proporcionando análise inclusiva acerca da retenção e evasão dos acadêmicos. O grupo 3, que observou o sucesso do acadêmico, utilizou indicadores que medem o desempenho acadêmico, indicador este representado principalmente pela taxa de sucesso na graduação, que é referenciado principalmente pelo TCU nos processos de acompanhamento das IFES. No grupo 4, os indicadores de desempenho geral apontam diversos aspectos das instituições observadas.

Quadro 1 - Quatro grupos de indicadores na AE

Autoria	Objetivo	Considerações
Grupo 1: Indicadores nas fases de seleção (2 estudos)		
Brito (2018)	Discutir sobre monitoramento e avaliação da AE, conforme decreto PNAES, na UFGD.	Observa-se que existe uma Política de AE institucionalizada, mas não existem ferramentas para monitorar e avaliar o programa.
Pereira (2014)	Avaliar a eficácia do sistema de cadastro socioeconômico que é utilizado no Serviço de Atenção Sócio Assistencial da PRAE/UFSC.	Reitera a necessidade de planejamento de ações de qualidade da comunicação a ser estabelecida entre todos os usuários do sistema, o que implica em uma ampliação da eficácia do sistema.

Autoria	Objetivo	Considerações
Grupo 2: Indicadores de acompanhamento/monitoramento durante a graduação (8 estudos)		
Costa & Brito (2019)	Discutir a importância do Programa Bolsa Permanência, implantado na UFGD em 2007, para a formação e a manutenção do aluno em sala de aula.	Não há um processo de monitoramento e avaliação do referido programa.
Almeida (2018)	Verificar a efetividade das ações de monitoramento da política de AE realizadas pelo IFPE Campus Belo Jardim.	As ações adotadas pelo campus não asseguram o efetivo monitoramento da política de AE. Não foi constatada a utilização de indicadores específicos para a realização do monitoramento e da avaliação dos programas que são desenvolvidos no âmbito do campus.
Fernandes (2018)	Analisar os fatores que influenciam a evasão discente nos programas de pós-graduação em Administração do estado de Santa Catarina.	Em relação aos matriculados, sugere procedimentos de acompanhamento simultâneo ao longo do curso e controle integrado.
Eloi (2018)	Desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV) que possa auxiliar os gestores na tomada de decisão e para realização do monitoramento e futuras avaliações desse programa.	Há vulnerabilidades provocadas por fatores de contexto nas duas ações analisadas; a análise de pertinência e suficiência das atividades revelou que as causas críticas mapeadas vem sofrendo mudanças decorrentes das atividades desenvolvidas, o desenho do modelo lógico deu robustez e subsídio para a construção dos indicadores, a avaliação através da percepção dos beneficiários proporcionou compreender particularidades nas características das áreas de moradia, alimentação, deslocamento e origem social.
Barbosa (2017)	Avaliar a efetividade do PNAES, como forma de responder à pergunta se o PNAES foi um sucesso ou fracasso na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), no período de 2014 a 2016.	O autor conclui que o PNAES foi um sucesso para o período analisado com relação à evasão, porém com a ressalva dos cursos que necessitam de estudos para levantar os motivos de reprovações dos alunos assistidos.
Penha (2015)	Verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sob a ótica do beneficiário do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e da gestão do Programa no CAV e na UFPE.	Quanto aos indicadores utilizados pela UFPE e pelo CAV, observa-se que ainda são poucos, em estágio inicial de implantação, mas já existe a previsão para criar novos indicadores por meio de um projeto desenvolvido entre setores acadêmicos e professores da área de ciências administrativas e sociais da Universidade.
Pinto (2015)	Analisar e identificar mecanismos de monitoramento e avaliação de AE na UFJF.	Houveram dificuldades para encontrar estudos relacionados com a AE e reitera a necessidade de novas pesquisas, para tornar o debate mais denso e consistente.
Ramalho (2013)	Estudar o aspecto avaliativo e propor construção de instrumentos de monitoramento para AE no CEFET-MG	Houve a proposta, mas os empecilhos são: consolidação dos indicadores dos estudantes, a ausência de um sistema de acompanhamento sistematizado e pouca literatura de AE, principalmente no aspecto avaliativo.
Grupo 3: Indicadores de sucesso do acadêmico (4 estudos)		
Souza & Costa (2020)	Analisar o programa de Residência Universitária na UFRPE, com o propósito de identificar os mecanismos utilizados pela gestão para monitoramento e avaliação.	Revelou-se que a instituição pesquisada carece de mecanismos, critérios, indicadores e parâmetros eficientes para que sejam realizados acompanhamentos factuais do Programa.
Lobato (2019)	Compreender como os indicadores de desempenho e de qualidade podem ser utilizados na elaboração das políticas institucionais das Universidades Federais brasileiras.	Das universidades pesquisadas, apenas 1 não faz uso dos indicadores de desempenho e de qualidade na elaboração das políticas institucionais; tais artefatos funcionam como norteadores do caminho a ser seguido pela gestão, pois permitem o conhecimento da realidade da instituição e assim estabelecer as políticas institucionais que realmente são necessárias ao seu desenvolvimento. A inexperiência dos gestores em uma das universidades pesquisadas reitera a necessidade de informações que ajudem os gestores a tomar as melhores decisões.
Maurício (2019)	Analisar o processo de avaliação da política de AE na UFT.	Em algumas áreas, a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, porque a instituição prioriza as áreas de assistência básicas, devido a limitação dos recursos para atender o elevado número de estudantes vulneráveis.
Nunes (2016)	Analisar fatores que interferem na permanência de estudantes ingressantes por ação afirmativa, no contexto das políticas de AE em 2013 e 2014 e solicitaram ou foram contemplados com ações na instituição.	É necessário a definição de rotinas de gestão para produzir indicadores de permanência que acompanhem a trajetória do estudante, para identificar aspectos dos estudantes que estão permanecendo. A criação de uma interlocução constante com o estudante através de pesquisas socioeconômicas para provocar uma maior aproximação

Autoria	Objetivo	Considerações
		com a realidade também foi apontada como uma necessidade.
Grupo 4: Indicadores de Desempenho e Qualidade, em geral (8 estudos)		
Silva (2019)	Realizar a avaliação de efetividade da assistência pecuniária aos estudantes de graduação financiados política de AE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Aponta a necessidade de complementar análises futuras com variáveis adicionais. A contribuição da pesquisa tem sentido na proposição de análise por uma metodologia quantitativa, que se percebeu reduzida no tema da assistência estudantil das instituições federais.
Batista (2019)	Conhecer a operacionalização da política de permanência adotada na UFPI, compreender possíveis implicações dessa política sobre a vida dos graduandos e verificar se há influência sobre os Indicadores de Qualidade (IQ) divulgados pelo Inep-MEC, referentes aos ciclos avaliativos compreendidos entre 2007 a 2016, em cursos específicos da área de saúde.	Há necessidade de ajustes a serem efetivados meio de ferramentas de TIC que permitam o acompanhamento da política e da divulgação efetiva das ações e o preenchimento da lacuna existente quanto ao acompanhamento/avaliação seriada das ações, em conformidade com o PNAES.
Smith, Pollard, Robertson & Shalley (2018)	Descrever maneiras para fortalecer a avaliação na educação superior indígena na Austrália.	Reconhecem que existem poucos produtos de alta qualidade, robustos e avaliações abrangentes da eficácia do programa e da política neste espaço e argumentam que isso precisa mudar. Apontam que houve uma falta de ação por parte governo e universidades em resposta às recomendações de especialistas recorrentes associadas com a melhoria das práticas de desempenho, monitoramento e avaliação em Indígenas educação na Austrália.
Vieira (2017)	Analisar a qualidade dos serviços do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Campina Grande na percepção dos usuários.	Sugere implantação de sistema de informação.
Santini (2017)	Apresentar os resultados de um estudo cujo objetivo principal foi estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho estratégico para as IFES-Instituições Federais de Ensino Superior, modelado de forma multidimensional.	A aplicação de indicadores pode, por vezes, não estar associado à cultura de gestão desta ou aquela instituição. Pelo menos em algumas das instituições utilizadas na amostra, não há clareza na apresentação de quais seriam os indicadores de acompanhamento de seu planejamento e sequer, quais seriam as relações entre estes e os objetivos estratégicos.
Chan (2015)	Descrever sobre a percepção dos principais informantes das universidades participantes em relação à eficácia e eficiência dos KPIs existentes.	Os KPIs não são vistos como medidas adequadas de desempenho e responsabilidade em níveis institucionais ou de programas.
Chan (2015)	Examinar as percepções de 12 informantes sobre eficácia e eficiência dos KPIs.	Os resultados demonstram que uma clara maioria dos participantes acredita nesses KPIs não estão tendo o impacto pretendido.
Ferraz (2014)	Analisar a gestão dos recursos destinados a auxílios estudantis no combate à evasão escolar no nível superior, testando as seguintes hipóteses: a) o aumento do volume de verbas destinadas a auxílios estudantis minimiza o fenômeno da evasão; b) o recebimento de auxílio reduz a probabilidade de evasão do aluno subsidiado.	Apontam possíveis respostas ao problema da evasão, que requerem no apelo às esferas políticas e desenvolvimento dos processos administrativos internos.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota-se pouca produção acadêmica de indicadores na AE. Em grande parte, são sugestões de utilização - casos práticos são isolados. Garrido e Mercuri (2013) e Imperatori (2017) apontam que as ações que envolvem a temática não aconteceram a pouco tempo, mas chegam a consenso de que há insuficiência de pesquisas. A literatura apresenta, em sua maioria, estudos de casos e não pesquisas nacionais ou regionais, o que torna a leitura sobre a realidade da AE fragmentada (IMPERATORI, 2017). Tal fato foi corroborado por Souza e Cintra (2020).

Considerações Finais

A pesquisa realizada propôs levantamento da produção científica dos indicadores no acompanhamento e na avaliação da assistência estudantil no ensino superior brasileiro. Foi motivada pelo inciso II do § único do art. 5º do Decreto nº 7.234/ 2010, que menciona a necessidade que as IFES devem fixar mecanismos de acompanhamento e de avaliação do PNAES. Este estudo contribui à comunidade no sentido de identificar os mecanismos de avaliação, bem como discute avanços dos indicadores no monitoramento e avaliação da política e pavimenta caminhos futuros.

Dos 322 artigos encontrados, apenas 52 abordam o uso de indicadores no processo de AE e destes, apenas 22 discutem teoricamente os indicadores. Aponta-se, desse modo, um *gap* na literatura, pois evidencia a necessidade de mecanismos ao acompanhamento da política. Os trabalhos apresentam compreensão do processo de organização e criação de indicadores, e quais os principais aspectos a serem considerados nesse procedimento. Tais artefatos subsidiam preparo dos pesquisadores e interessados na área como forma de entender a política pública como um todo e as diversas áreas que se relacionam e que são influenciadas pelo objeto de pesquisa.

Entre as contribuições da pesquisa, destaca-se principalmente reflexão da pouca quantidade de indicadores específicos para avaliação da AE no ensino superior do Brasil (desde a fase de seleção até o acompanhamento durante a graduação) ou de informações que possam subsidiar a construção de um artefato para esse fim. Muitos trabalhos apenas fazem a sugestão do uso de indicadores, enquanto poucos apresentam processos iniciais do uso desses instrumentos. Como pesquisas futuras, por exemplo, pode-se averiguar como cada IFES realiza os processos de AE em seus ambientes de atuação, se existem mecanismos de controle desde a concessão dos benefícios até a manutenção e se esses mecanismos, em caso de existirem, colaboram aos objetivos do programa, especialmente no que tange à ampliação das condições de permanência e redução da retenção. Na existência desses indicadores, avaliar o que tem dado certo e o que tem a melhorar, ou até a proposição de instrumento padronizado que ajude os gestores nas tomadas de decisões.

Sabe-se que há longo caminho a percorrer, mas é importante destacar que os processos de avaliação das políticas públicas nunca param. O que cabe, aos gestores e também aos pesquisadores, é identificar as necessidades e possibilitar mecanismos para

acompanhamento e gestão destes programas. Por fim, ações como essa motivarão outras, consolidando-se como expoentes na transparência e eficácia dos serviços públicos.

Referências

- AKOBENG, A. Understanding systematic reviews and meta-analysis. **Archives of Disease in Childhood**. v. 90, n. 8, p. 845–848., 2005.
- ANDRADE, A. M. J. DE; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 22, n. 2, p. 512–528., 2017.
- BORDIM, C. F.; BAGGIO, D. K.; CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I. Desempenho acadêmico e moradia estudantil: variáveis que afetam(?) os estudantes da UFGD. **Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU)**. p. 1–16., Florianópolis. 2019.
- BORSATO, F. P. A assistência estudantil no contexto da “democratização” da educação superior brasileira. In: **VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-assistencia-estudantil-no-contexto-da-democratizacao-da-educacao-superior-brasileira.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004**. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 19 jun. 2020.
- BRASIL. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. Brasília: Coordenação de Documentação e Informação, 2012. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.
- CARLOS, F. A.; LOPES, J. E. DE G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; MACÊDO, J. M. A.; AMARO, R. G.; FILHO, J. F. R. Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 13, n. 2, p. 1–15., 2008.
- CARRANO, D. P.; BERTASSI, A. L.; MELO-SILVA, G. Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. **Educação Online**. v. 13, n. 28, p. 1–19., 2018.
- CARVALHO, M. G. DE. Utilização de Indicadores de Gestão nas Atividades de Controle Externo. **Encontro de Administração Pública da ANPAD**. Fortaleza. 2019.
- CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I.; COSTA, B. K. Reflexo da Moradia Estudantil no Índice de Desempenho Acadêmico: um Estudo Quantitativo na Universidade Federal da Grande

Dourados. **XLII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. p. 1–14., Curitiba. 2018.

CINTRA, R. F.; SOUZA, G. V. DE; FAVA, H. DE L. Cavalo “dado” se olha os dentes sim! Proposta de escalonamento da bolsa permanência à luz da vulnerabilidade. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**. v. 7, n. 3, p. 710–721., 2020.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55–70.

CUNHA, C. G. S. DA. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**. v. 0, n. 12., 2018. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DURAT, K. R. Ensino superior federal: uma análise da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS). **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. p. 11., Londrina. 2017.

FAVA, H. DE L.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. **XXIII SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**. São Paulo: 2020.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Brasília: IPEA, 2009.

FISCHMANN, R. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, p. 156–167., 2009.

GARRIDO, E. N. Assistência Estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. Seminário Universidade Sociedade. **Anais...** In: SEMANA KIRIMURÊ. Bahia: 2012. Disponível em: http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO_E.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. DA S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 17, n. 1, p. 87–95., 2013.

GRATERON, I. R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos**. n. 21, p. 01–18., 1999.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. n. 129, p. 285–303., 2017.

JANNUZZI, P. DE M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. v. 56, n. 2, p. 137–160., 2005.

LIMA, C. P. N. DE. A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas casas de estudantes universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1., 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_carla.htm#_ftn1. Acesso em: 8 jun. 2020.

MINAYO, M. C. DE S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 33, p. 83–91., 2009.

NEVES, T. J. G. DAS; LIBONATI, J.; VASCONCELOS, M. T. DE C.; MOURA, H. P. DE; LAGIOIA, U. C. T.; ARAÚJO, J. Execução dos programas orçamentários nas Universidades Federais Brasileiras: um estudo das influências. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**. v. 0, n. 0., 2013. Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/84>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PINTO, F. P.; ONUSIC, L. M. Implementação das políticas de permanência das Universidades Federais do Estado de São Paulo: estudo multicaso. **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Costa do Sauípe. 2016.

SILVA, F. V. DA. **Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018**. Dissertação (Mestrado em Economia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SOUZA, G. V. DE; CINTRA, R. F. Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil: análise da última década (2011-2019). **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Porto Alegre. 2020.

TAUFICK, A. L. DE O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**. v. 30, n. 1., 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TCU. **Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos**. Brasília: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000.

UCHOA, C. E. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional**. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

VARGAS, M. DE L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 16, n. 1, p. 149–163., 2011.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-Vista**. v. 17, n. 2, p. 599–616., 2010.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 121, p. 77–104., 2004.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR, U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. Proposição de indicadores de desempenho na Gestão Pública. **ConTexto**. v. 9, n. 16., 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11701>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Apêndice A - Informações dos artigos selecionados

Autor (Ano)	Título	1	2	3
Artigo de Conferência (1)				
Costa & Brito (2019)	A importância do programa bolsa permanência da UFGD: uma proposta de monitoramento e avaliação	Sim	Sim	Sim
Artigo de periódico (11)				
Andrewartha & Harvey (2017)	<i>Employability and student equity in higher education: The role of university careers services</i>	Sim	Não	Não

FAVA, D. de L.; HALL, R. J.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil:
O que a Literatura ‘Diz’?

Autor (Ano)	Título	1	2	3
Brito, Costa & Almeida (2019)	Gestão universitária: políticas comparadas de monitoramento do programa bolsa permanência em universidades federais brasileiras	Sim	Não	Não
Chan (2015)	<i>Implications of key performance indicator issues in Ontario universities explored</i>	Sim	Sim	Sim
Chan (2015)	<i>The efficacy of key performance indicators in Ontario universities as perceived by key informants</i>	Sim	Sim	Sim
Franklin & Blankenberger (2016)	<i>Program Evaluation of Community College Learning Assistance Centers: What Do LAC Directors Think?</i>	Sim	Não	Não
Gontijo, Fortunato & Yamanaka (2019)	Política de permanência e êxito na educação superior: perspectivas docentes sobre a reprovação escolar	Não	Não	Não
Heringer (2018)	Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico	Não	Não	Não
Lago (2018)	Gestão das políticas de assistência estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior	Sim	Não	Não
Nogueira <i>et al.</i> (2018)	Estudo longitudinal sobre estilo de vida e saúde em estudantes universitários (ELESEU): Delineamento, procedimentos metodológicos e resultados preliminares	Sim	Não	Não
Pozobon & Lunardi (2019)	Estratégias de permanência do estudante na educação superior: o estado da arte como ferramenta de pesquisa	Não	Não	Não
Souza & Costa (2020)	Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco	Sim	Sim	Sim
Artigo de revisão (1)				
Jones (1987)	<i>Access to Australian higher education</i>	Sim	Não	Não
Dissertação (35)				
Almeida (2018)	Monitoramento do PNAES: uma análise do IFPE Campus Belo Jardim	Sim	Sim	Sim
Barbosa (2017)	Avaliação do PNAES na UF de Alfenas	Sim	Sim	Sim
Botelho (2016)	Assistência estudantil na UFV: composições e tensões no/com o movimento estudantil	Não	Não	Não
Braga (2017)	A política de assistência estudantil na UFRGS: um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do PNAES através do desempenho acadêmico dos estudantes	Sim	Não	Não
Brito (2018)	Institucionalização de uma política de monitoramento do programa bolsa permanência da UFGD	Sim	Sim	Sim
Cavalheiro (2013)	O programa nacional de assistência estudantil nos institutos federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios	Sim	Sim	Não
Costa (2016)	Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do instituto multidisciplinar em saúde, campus Anísio Teixeira da UFBA	Não	Não	Não
Dumaresq (2014)	Análise da política de assistência estudantil no âmbito instituto federal do Ceará – campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes	Sim	Não	Não
Eloi (2018)	Sistema de monitoramento e avaliação do PNAES: um modelo a partir da teoria do programa	Sim	Sim	Sim
Espíndola (2014)	Análise da contribuição do programa de ações afirmativas para a democratização do acesso, permanência e conclusão de estudantes de escolas públicas e negros nos cursos de graduação da UFSC	Não	Não	Não
Fernandes (2018)	O fenômeno da evasão discente: estudo multicaso nos programas de pós-graduação em administração do estado de Santa Catarina	Sim	Sim	Sim
Fernandes (2018)	Programa de bolsa permanência: uma avaliação das possibilidades para a conclusão do ensino superior do estudante vulnerável na UFT / Câmpus de Gurupi	Sim	Não	Não
Ferraz (2014)	Análise da gestão de investimentos em auxílios estudantis no instituto federal do Ceará campus Jaguaribe	Sim	Sim	Sim
Ferreira (2019)	Evasão no ensino superior: uma análise no curso de agronomia da UF do Cariri	Não	Não	Não
Haddad (2013)	O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na UFES	Sim	Não	Não
Jesus (2016)	PNAES nos institutos federais de educação: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG	Sim	Não	Não
Lima (2017)	Permanecer no ensino superior, eis a questão: estratégias de implementação efetiva de políticas públicas de assistência estudantil	Não	Não	Não
Lobato (2019)	A utilização dos indicadores de desempenho e de qualidade na elaboração das políticas institucionais das universidades federais brasileiras	Sim	Sim	Sim
Maurício (2019)	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFT	Sim	Sim	Sim

FAVA, D. de L.; HALL, R. J.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil:
O que a Literatura ‘Diz’?

Autor (Ano)	Título	1	2	3
Moura (2017)	O programa de assistência estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos: um estudo realizado no instituto federal do Amapá	Não	Não	Não
Nunes (2016)	A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco	Sim	Sim	Sim
Penha (2015)	Monitoramento e avaliação do PNAES no âmbito da UFPE – campus Vitória de Santo Antão	Sim	Sim	Sim
Pereira (2014)	A eficácia do sistema de cadastro socioeconômico da UFSC	Sim	Sim	Sim
Pinto (2015)	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na UFJF	Sim	Sim	Sim
Primão (2015)	Permanência na educação superior pública: o curso de enfermagem da UFMG, campus universitário de Sinop	Sim	Sim	Não
Ramalho (2013)	Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional	Sim	Sim	Sim
Reis (2016)	PNAES: uma análise da implementação da política de assistência estudantil no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Brasília	Sim	Sim	Não
Rios (2016)	Análise do plano de permanência de estudantes da UF do Pampa	Sim	Não	Não
Sales (2019)	Cotas no ensino superior: a trajetória acadêmica do aluno cotista na UFRN	Não	Não	Não
Santini (2017)	Painel de indicadores de desempenho para as IFES: um modelo multidimensional	Sim	Sim	Sim
Senger (2018)	Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do programa auxílio estudantil da UTFPR, campus Toledo.	Não	Não	Não
Silva (2016)	O desempenho acadêmico e o fenômeno da evasão em cursos de graduação da área da saúde	Sim	Não	Não
Silva (2019)	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da UFRGS entre 2013 e 2018	Sim	Sim	Sim
Teotônio (2018)	Avaliação da implementação do programa de atenção à saúde do estudante do instituto federal da Paraíba	Não	Não	Não
Vitelli (2013)	Evasão em cursos de licenciatura: perfil do evadido, fatores intervenientes no fenômeno	Sim	Não	Não
Livro (1)				
Smith, Pollard, Robertson & Shalley (2018)	<i>Strengthening evaluation in indigenous higher education contexts in Australia</i>	Sim	Sim	Sim
Monografia (1)				
Vieira (2017)	Análise dos serviços do restaurante universitário da UFCG na perspectiva dos usuários	Sim	Sim	Sim
Tese (2)				
Batista (2019)	Políticas de inclusão universitária: permanência estudantil na UFPI	Sim	Sim	Sim
Gómez (2019)	Políticas de permanência estudantil na educação superior contemporânea: a experiência da UTFPR - Câmpus Medianeira	Sim	Não	Não

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados da pesquisa. Nota: (1) Tem relação ao uso de indicadores? (2) Aborda algum indicador? (3) Discute teoricamente algum indicador?

*Recebido em Novembro de 2021
Aprovado em Janeiro de 2022
Publicado em Fevereiro de 2022*

Jornal de Políticas EDUCACIONAIS



Volume 16

Seção Artigos e83591

28 de fevereiro de 2022



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/ipe>.

INDEXAÇÃO:

BASE DE DADOS

Sumário.Org
Google Scholar
BASE
Dimensions
Miar

DIRETÓRIOS

Scielo Educ@
Diadorim
DOAJ
Erih Plus
Latindex
EZB
ROAD
Journal 4-free

ÍNDICES

Index Copernicus
Cite Factor

PORTAIS

LiVre
Capes
Science Open
World Wide Science

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 16, e83591 – Fevereiro de 2022

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxé (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilméia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>